

Consulta aos contratos públicos continua offline

Transparência Internacional Portugal pede esclarecimentos públicos ao IMPIC

Lisboa, 8 de outubro de 2021 – A Transparência Internacional Portugal escreveu esta sexta-feira ao IMPIC, solicitando esclarecimentos públicos sobre a impossibilidade de se consultarem os contratos públicos no Portal BASE, gerido por esta entidade, devido à publicação de elementos de identificação violando o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

Tal como descrito na Estratégia Nacional Anti-Corrupção, a área da contratação pública é especialmente vulnerável a riscos de corrupção, devendo por isso ser reforçada a transparência dos procedimentos de contratação.

O Portal BASE destina-se a divulgar toda a informação pública sobre os contratos sujeitos ao regime do Código dos Contratos Públicos (CCP), constituindo o instrumento central de produção de informação estatística sobre a contratação pública nacional, nomeadamente para efeitos de elaboração dos relatórios estatísticos a remeter à Comissão Europeia.

"Continuarmos sem poder aceder ao detalhe dos contratos públicos, incluindo aqueles que foram celebrados ao abrigo da contratação de emergência COVID-19, não só viola o CCP, como é também em tudo contrário ao que tem vindo a ser defendido pelo Governo, nomeadamente na sua Estratégia Nacional Anti-Corrupção", critica Susana Coroado, presidente da TI Portugal. "Não há mais transparência sem recursos que nos permitem aceder à informação de interesse público".

"É surpreendente que só agora tenham sido detetados os problemas de compliance com o RGPD, mas não nos espanta. Há muito que dizemos que a regulação do IMPIC não é ajustada, porque não só há contratos que pura e simplesmente não são publicados em tempo, como a informação partilhada sobre os contratos apresenta enormes deficiências, prossequindo a opacidade na contratação pública", considera Karina Carvalho, Diretora Executiva da TI Portugal. "Numa altura em que já estão a ser gastas a todo o vapor as verbas do PRR e as novas regras da contratação pública estão a ser questionadas pela Comissão Europeia, este apagão do BASE é intolerável".

Sobre a TI Portugal

A TI Portugal é o capítulo português da Transparency International, coligação global anti-corrupção presente em mais de 100 países. Criada em 2010, está também acreditada como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, é o Ponto de Contato em Portugal do Pilar da Sociedade Civil da Comunidade das Democracias e membro da Tax Justice Network.

Através de investigação, informação e sensibilização sobre as causas e as consequências da corrupção e da má governança e do desenvolvimento de ferramentas práticas de monitorização cívica, tem como missão mobilizar cidadãos e organizações públicas e privadas em prol da transparência e integridade públicas, em nome de uma democracia mais participada e inclusiva.

Para mais informações, contactar:

João Oliveira

joao.oliveira@transparencia.pt

927 443 998